vinetur

O Parlamento escocês pressiona para que se reduza o imposto sobre o uísque, devido aos receios relativos ao emprego na região de Speyside

Laura Mitchell instou o primeiro-ministro John Swinney a exercer pressão junto do ministro das Finanças, depois de a Diageo ter alertado para a possibilidade de 172 trabalhadores poderem ser despedidos.

terça-feira, 1 de setembro de 2026



Na terça-feira, aumentou a pressão no Parlamento escocês para que se proceda a uma redução do imposto especial de consumo do Reino Unido sobre o uísque escocês, depois de um deputado do Parlamento escocês ter alertado para o risco de perda de postos de trabalho em Speyside e ter instado o Primeiro-Ministro John Swinney a levar o assunto diretamente ao Ministro das Finanças.

De acordo com o relatório oficial do Parlamento escocês sobre a sessão desse dia, Laura Mitchell aproveitou o período de perguntas ao Primeiro-Ministro para argumentar que a carga fiscal sobre o uísque escocês estava a agravar a pressão sobre uma das regiões produtoras de uísque mais conhecidas da Escócia. Ela referiu o risco de despedimentos que afetariam 172 trabalhadores da Diageo e pediu a Swinney que pressionasse no sentido de uma redução do imposto sobre o uísque escocês.

Esta troca de palavras trouxe de volta ao centro da política escocesa uma questão de longa data do setor. Embora Holyrood não possa alterar sozinha as taxas do imposto especial sobre o álcool, uma vez que estas são definidas por Westminster, os ministros e legisladores escoceses têm frequentemente tentado influenciar as decisões orçamentais do Reino Unido quando consideram que uma política fiscal está a prejudicar grandes empregadores ou exportadores.

Desta vez, o argumento estava diretamente ligado aos postos de trabalho em Speyside, onde a produção de uísque sustenta destilarias, armazéns, operadores de transporte, empresas de embalagem e uma economia turística mais ampla, construída em torno de visitas, degustações e hospitalidade. Quando as preocupações com despedimentos atingem essa região da Escócia, o debate ultrapassa rapidamente a teoria fiscal e passa a centrar-se em questões relacionadas com o emprego, o investimento e a saúde das pequenas comunidades que dependem do setor.

A intervenção de Mitchell refletiu também uma preocupação mais ampla na Escócia de que se está a pedir aos produtores de bebidas espirituosas que absorvam custos mais elevados numa altura em que a indústria já enfrenta uma procura mais fraca em alguns mercados e uma pressão contínua sobre as margens. Uma alteração nos impostos não afeta apenas o preço de retalho de uma garrafa. Pode também moldar o planeamento da produção, a contratação e as despesas de capital em toda a cadeia de abastecimento. Para o setor das bebidas, o tratamento dado ao uísque escocês no próximo orçamento do Reino Unido poderá influenciar os custos e as decisões de investimento muito para além de Speyside, especialmente para os destiladores que ponderam quanto gastar em existências, equipamento e operações relacionadas com visitantes.

A Diageo é uma das maiores empresas no setor do uísque escocês e um dos empregadores mais importantes da região. Qualquer aviso que envolva 172 trabalhadores tem, por isso, peso político. Mesmo quando as despedimentos são apenas propostas e não definitivas, a perspetiva pode suscitar preocupação entre os legisladores locais, uma vez que os empregos na destilação são frequentemente funções qualificadas, difíceis de substituir em zonas rurais. Nas comunidades ligadas ao comércio do uísque, a perda desses postos de trabalho pode também afetar bares, lojas, hotéis e empreiteiros.

O debate no Parlamento destacou os limites dos poderes delegados da Escócia. O governo escocês pode exercer pressão sobre Londres, mas não pode alterar por si próprio a estrutura dos impostos. Isso deixou Holyrood a depender da pressão política, especialmente na véspera das declarações orçamentais do governo do Reino Unido. Para os ministros escoceses, um apelo à redução do imposto sobre o uísque escocês é

também uma das poucas ferramentas disponíveis quando os legisladores pretendem responder rapidamente às preocupações dos destiladores e dos trabalhadores.

A pergunta dirigida ao Sr. Swinney surgiu durante uma sessão que abrangeu uma vasta gama de temas, desde a pobreza infantil e os cuidados de saúde até à agricultura e à indústria. Mesmo nessa agenda abrangente, a questão dos impostos sobre o uísque escocês destacou-se porque ligava uma preocupação laboral imediata a uma disputa de longa data sobre a forma como o álcool é tributado na Grã-Bretanha. Os defensores de uma redução argumentam que o uísque escocês é um importante produto de exportação e uma pedra angular da indústria transformadora em algumas regiões da Escócia, e que a política fiscal deve refletir a sua importância para o emprego e as economias regionais. Quem se opõe às reduções aponta, geralmente, preocupações com as receitas e a saúde pública, o que torna o tema politicamente sensível sempre que o ciclo orçamental se repete.

Para os produtores, a questão não é apenas se o imposto aumenta ou diminui num determinado ano, mas se existe estabilidade suficiente para planear a longo prazo. Os fabricantes de uísque investem anos antes da venda, imobilizando capital em existências que podem não ser engarrafadas durante uma década ou mais. Isso torna-os especialmente sensíveis aos sinais fiscais do governo. Uma taxa de imposto mais baixa, ou mesmo a decisão de evitar um aumento, pode alterar a forma como as empresas encaram a produção, os preços e o investimento em visitas. Uma taxa mais elevada pode obrigar a compromissos difíceis, especialmente quando a procura dos consumidores está sob pressão.

O apelo parlamentar revelou também a rapidez com que os acontecimentos numa empresa podem transformar-se num debate político mais alargado. O que começou por ser uma preocupação com potenciais despedimentos na Diageo foi enquadrado em Holyrood como um teste para saber se o governo escocês irá defender com mais veemência perante Westminster a bebida espirituosa emblemática do país. Com os postos de trabalho em Speyside no centro do debate, é provável que a pressão sobre os ministros se mantenha para que demonstrem que estão a levar a questão a Londres, à medida que se aproximam as decisões orçamentais.